

Só em último caso, diz Maílson

RIO — O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, negou ontem no Rio que o governo esteja trabalhando com a hipótese de decretar moratória externa, mas afirmou que, se os desembolsos de recursos externos previstos não acontecerem dentro do que está programado e as reservas cambiais chegarem a nível crítico, recorrerá à medida extrema que é a suspensão do pagamento dos juros da dívida, "mas sempre em processo civilizado de negociação, entendimento e cooperação".

O ministro explicou que o atraso no pagamento dos juros por uma semana aconteceu "por problemas operacionais

no Banco Central", mas garantiu que quarta-feira o País pagará os juros de US\$ 500 milhões em atraso. Mailson justificou a centralização das operações de câmbio pelo Banco Central "para garantir o nível de reservas adequado, que atualmente é satisfatório e deve se manter estável ao longo do ano".

Para ele, é preciso operar o programa de combate à inflação com segurança, e obter dos credores "compreensão e apoio para até mesmo reforçar as reservas cambiais". Segundo o ministro, várias operações estão em curso no Banco Mundial (Bird), junto aos governos japoneses e italiano e o Brasil tem

ainda US\$ 1,2 bilhão de desembolso nos bancos comerciais dentro dos programas já firmados. Portanto, argumentou, há panorama "razoavelmente favorável" à posição das reservas.

O ministro negou proposta concreta de empréstimo do governo brasileiro ao americano. No entanto, reconheceu "sondagens informais" perante autoridades do governo americano. Mailson defendeu também as demissões no setor público, que começam em 1º de março, como uma das condições de êxito do Plano Verão e admitiu que isso vai trazer algum desconforto: "Cabe ao governo administrá-lo, porque não há processo de cura indolor da inflação".